

**REVISTA**

**PRAIAVERMELHA**

**Revista de Serviço Social**  
**Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social**

**Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

### **REITOR**

Aloísio Teixeira

### **PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Ângela Uller

### **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS DIRETORA**

Prof<sup>ª</sup> Dr Mavi Pacheco

### **VICE-DIRETOR**

Prof<sup>º</sup> Dr Marcelo Braz

### **COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Sara Granemann

### **COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU**

Prof<sup>º</sup> Dr Luís Acosta

### **ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA Mailing Adress**

UFRJ - Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação  
Av. Pasteur, 250 – fundos  
CEP 22290-240  
Rio de Janeiro - RJ  
Telefone (21) 3873-5386  
(21) 3873-5385

E-mail: [praiavermelha@ess.ufrj.br](mailto:praiavermelha@ess.ufrj.br)

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index>

## **PRAIAVERMELHA**

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



**REVISTA**  
**PRAIAVERMELHA**

ISSN 1414-9184

**COMISSÃO EDITORIAL**

**Carlos Nelson Coutinho,**  
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

**José Maria Gomez,**  
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

**José Paulo Netto,**  
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

**Myriam Lins de Barros,**  
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

**CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO**

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)  
Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)  
Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)  
Berenice Couto (PUC-RS)  
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)  
Cibele Rizeck (USP-SP)  
Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ)  
Consuelo Quiroga (PUC-MG)  
Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)  
Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)  
Elizete Menegat (UFJF-MG)  
Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)  
Ivete Simionatto (UFSC-SC)  
José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP)  
Júlio de Assis Simões (USP-SP)  
Leilah Landim (UFRJ-RJ)  
Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT)  
Marcelo Badaró (UFF-RJ)  
Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)  
Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)  
Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)  
Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)  
Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)  
Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)  
Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)  
Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ)  
Michael Lowy (EHSS-França)  
Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai)  
Neli Aparecida de Mello (USP-SP)  
Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF)  
Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)  
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)  
Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)  
Sérgio Adorno (USP-SP)  
Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)  
Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)  
Valéria Forti (UERJ-RJ)  
Vera da Silva Telles (USP-SP)  
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA)  
Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF)

**EDITORAS CIENTÍFICAS**

**Maria de Fatima Cabral Marques Gomes,**  
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

**Yolanda Aparecida Demétrio Guerra,**  
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

**EDITOR PARA WEB**

Luis Acosta

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Rodrigo Castelo  
Rosemere Santos Maia  
Rafael Castro

**DESIGN GRÁFICO**

Fábio Rapello Alencar

**REVISÃO - PORTUGUÊS**

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

**TRADUÇÃO E REVISÃO - INGLÊS**

Maurício Miranda

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 20, nº 2 (2010) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2010. Semestral  
ISSN 1414-9184  
1. Serviço Social - Periódicos. 2. Teoria Social - Periódicos. 3. Política - Periódicos  
I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.  
**CDD 360.5**  
**CDU 36 (05)**

**PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:**

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>  
Base Minerva UFRJ  
Revista On line – ISSN1984 669X

# Sumário

<b>Editorial</b>	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Yolanda Aparecida Demétrio Guerra	9
<b>Entrevista – José Paulo Netto</b>	
	11
<b>Artigos</b>	
<b>Latinoamérica: de la reforma a la revolución</b>	
Claudio Katz	27
<b>Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina atual</b>	
Marcelo Badaró Mattos	37
<b>A nova democracia dos novos movimentos anti-sistêmicos da América Latina</b>	
Carlos Antonio Aguirre Rojas	47
<b>Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina</b>	
Adrián Sotelo Valencia	61
<b>Poder popular em El Salvador em tempos de ápice de reificação da vida cotidiana</b>	
Dagoberto Gutierrez Stefano Motta	73
<b>Radicalização democrática e políticas sociais na América Latina: notas sobre o processo venezuelano</b>	
Mirella Farias Rocha Beatriz Augusto de Paiva	89
<b>Reformas agrárias na América Latina: abordagens intelectuais e modernização capitalista</b>	
Canrobert Penn Lopes Costa Neto	107
<b>¿La regularización urbana mejora las condiciones de vida de la población de más bajos ingresos en Latinoamérica?</b>	
Nora Clichevsky	117
<b>Ciudades latinoamericanas. Desafíos y limitaciones de los procesos de recualificación cultural: ¿globales/transnacionales, regionales, nacionales y/o locales?</b>	
Mónica Lacarrieu	135
<b>Igrejas cristãs e os desafios da ampliação dos direitos humanos na América Latina</b>	
Maria das Dores Campos Machado	157
<b>Resenha</b>	
ABRAHÃO, Sérgio Luís	
<b>Espaço público: do urbano ao político</b>	
Maria Helena Tenório de Almeida	167
<b>Normas Editoriais</b>	
	171

## **Cidades latino-americanas. Desafios e limites dos processos de requalificação cultural: globais/transnacionais, regionais, nacionais e/ou locais?**

Mónica Lacarrieu \*

**Cidades latino-americanas. Desafios e limites dos processos de requalificação cultural: globais/transnacionais, regionais, nacionais e/ou locais?**

**Resumo:** Nos últimos anos, as cidades latino-americanas têm sido examinadas homogeneamente, salientando-se os problemas em termos de crises. As propostas públicas apresentam soluções baseadas em modelos globais/transnacionalizados, ignorando os contextos históricos de produção – nacionais e locais. Nosso interesse principal são os desafios e problemas das iniciativas de requalificação cultural nas cidades latino-americanas. Partindo do discurso global/transnacional, segundo o qual a cultura se tornou um recurso para o desenvolvimento, com implicações sobre seu papel nas políticas urbanas, colocamos em debate as relações e tensões estabelecidas entre cultura e patrimônio, espaços públicos e processos de negociação e/ou disputa produzidos a partir e entre os grupos sociais envolvidos.

**Palavras-chave:** Cidades latino-americanas; Processos de requalificação cultural; Transnacionalização; Localização.

**Ciudades latinoamericanas. Desafíos y limitaciones de los procesos de recualificación cultural: ¿globales/transnacionales, regionales, nacionales y/o locales?**

**Resumen:** En los últimos años, las ciudades latinoamericanas son examinadas homogéneamente, focalizando los problemas en términos de crisis. Las propuestas públicas procuran soluciones en base a modelos globales/transnacionalizados, negando los contextos históricos de producción –nacionales y locales-. Nuestro interés es focalizar en los desafíos y problemas de las iniciativas de recualificación cultural en las ciudades latinoamericanas. Partiendo del discurso global/transnacional según el cual la cultura se ha vuelto un recurso para el desarrollo, con implicancias sobre su papel en las políticas urbanas, es que pondremos en debate las relaciones y tensiones que se establecen entre cultura/patrimonio, espacios públicos y los procesos de negociación y/o disputa que se producen desde y entre los grupos sociales involucrados.

**Palabras Claves:** Ciudades latinoamericanas; Procesos de recualificación cultural; Transnacionalidad; Localización.

**Latin american cities. Challenges and limits of the processes of cultural requalification: global/transnational, national, regional and/or local?**

**Abstract:** In recent years, Latin American cities have been analyzed homogenously, being the problems pointed out in terms of crisis. The State proposals present solutions based on global/transnational models, ignoring the historic contexts of production — national and local. Our main interests are the challenges and problems of cultural requalification in Latin American cities. Setting out from the global/transnational discourse, which claims culture has become a resource to development, with implications for its role in urban policies, we open to debate the relations and tensions that are established among culture and patrimony, public spaces and negotiation and/or dispute processes produced by and among the involved social groups.

**Keywords:** Latin American cities; Processes of cultural requalification; Transnationalization; Localization.

Recebido em 30.09.2010. Aprovado em 15.09.2010.

Hace aproximadamente un año y medio, un colega venezolano con el apoyo de la OEI, la Universidad Central de Venezuela y del Municipio del Chacao, organizó en la ciudad de Caracas, un Seminario internacional denominado “Las intervenciones culturales en la renovación de las ciudades”<sup>1</sup>. Entre los objetivos propuestos se mencionaban dos: por un lado, analizar el papel de la cultura en los procesos de renovación, recuperación y rediseño de las ciudades; por el otro, evaluar experiencias concretas de intervenciones culturales en el desarrollo de planes estratégicos y en procesos de transformación urbana en ciudades de Europa, EEUU y América Latina. Ambos asuntos dejaban manifiesto, en primera instancia, que existe una agenda pública transnacional ligada a los procesos mencionados en ciudades de diferentes continentes y países. En segundo lugar, evidenciaban la presencia de un campo de expertos afines que, al menos implícitamente, consensuaban la implementación de dichas intervenciones en las ciudades a las cuales representaban (Santiago de Chile, Medellín, Buenos Aires, Quito, Glasgow, Salvador de Bahía, Bogotá, Bilbao, entre otras). No solo resultaba curioso que el seminario convocara a representantes de diferentes ciudades para hablar de un mismo problema, sino sobre todo, en lo que a mi respecta y luego de conocer/reconocer la ciudad de Caracas (cuestión que sucedió una vez finalizado el seminario), que este evento se había realizado en una urbe marcada por la modernidad, no solo en los espacios periféricos, sino también en el centro de la misma. Para plantearlo en forma más clara: me incomodó (no por el sentido literal de la palabra, sino por su vínculo con cierta idea de incompreensión) encontrarme en la capital de un país que se asume, al menos en términos de una amplia mayoría, como ideológicamente de izquierda en términos de transformaciones sociales y políticas, no obstante, atravesada por intervenciones culturales que, aunque promueven la reparación social del lugar de los sectores desfavorecidos, procuran embellecer al menos un espacio de la ciudad -nos referimos al centro histórico, en imagen casi “anti-histórico”-. Aún más, me resultó poco entendible, porqué en esa ciudad caracterizada por la modernidad, en la que desde hacía tiempo (mediados del siglo XX) se había tomado la decisión de demoler prácticamente toda la metrópoli y construir edificios se-

riados propios de esa etapa, había un interés por volver al pasado: algunos carteles y publicidades de la Alcaldía de Caracas –algunos vinculados con la gestión general de infraestructura pero también con Fundapatrimonio- llamaban a “*El rescate del espacio*” por ejemplo, en el Paseo de los Próceres, o convocaban con imágenes y signos a “*Espacios recuperados para el disfrute de la comunidad*”. Un asombro complementado por signos contradictorios que daban forma al espacio público urbano: entre un cartel imponente ligado a la llegada en aquel momento de Evo Morales que decía *Presidente Evo Morales: Bienvenido a Caracas, cuna de la libertad de los pueblos de América*, y otro ligado a los 441 años de la ciudad. La idea de reinventar algunos edificios, colocar en la cultura y el patrimonio un recurso de intervención, así como cierto entusiasmo por debatir en el ámbito académico pero también de la gestión, sobre experiencias que se habían llevado a cabo en otros lugares, de modo de transferir las ventajas hacia la ciudad de recepción, al mismo tiempo que de eludir las dificultades ya identificadas; se constituyeron en la perspectiva dominante de ese momento.

Podríamos aventurar junto con Izabela Tamaso (2006: 3) que la “onda universalizante de la Unesco” se torna cada vez mas un valor para innumerables ciudades que ahora perciben –agregaríamos que a diferencia del período moderno de lo urbano- que lo “moderno es ser antiguo”. Siguiendo a la autora, Caracas sería objeto del redireccionamiento del deseo: si antes el deseo se construía hacia el progreso, ahora este se sustituiría por un deseo hacia el pasado, reorientando la idea del progreso y el desarrollo y asimilándola con una mirada positiva hacia el campo de la cultura y de lo patrimonial.

En esta perspectiva, es posible pensar en un esquema reduccionista acerca de la ciudad contemporánea. Un esquema que se funda, de acuerdo a visiones estereotipadas, en un discurso dominante negativo que se procura revertir a partir de intervenciones que, se espera, transformen ese lado pesimista en optimista. La ciudad latinoamericana no escapa a esa visión en la que prima una mirada patológica basada en la fragmentación como “espectro que planea sobre las ciudades del mundo” (MARCUSE; VAN KEMPEN 2000, apud BÉNIT et.al 2007: 15). La lógica de la separación –siguiendo a Donzelot (2004)- fundada en la idea que

innumerables autores apoyan, relacionada con la materialización de los fragmentos espaciales con efectos sobre la denominada “de-solidarización” (DONZELOT 2004; BÉNIT ET AL., 2007), sería consecuencia, al menos, de dos asuntos, uno más genérico y otro más específico: los cambios en los modos de producción de la ciudad y la crisis de los espacios públicos urbanos (BÉNIT et.al, op.cit.). Es desde esta lógica en que consideramos que los análisis sobre las ciudades actuales, realizados desde las ciencias sociales y el urbanismo, confluyen en una perspectiva que, no solo vacía las nociones de contenidos problemáticos –por ejemplo la de fragmentación por relación a la de segregación-, sino que fundamentalmente despolitiza la producción de lo urbano. La división, no solo elude el carácter relacional de la ciudad (AGIER, 1999), sino que además enfatiza el fortalecimiento de “mosaicos” y niega las desigualdades como valor estructurante (CALDEIRA, 2010: 118).

Como más arriba se indica, este discurso que impera y ofrece una concepción homogénea sobre lo urbano en el mundo del presente, opera sobre los diferentes sectores sociales que habitan y transitan las ciudades con sensaciones de caos, amenazas y temores. En pos de conjurar males y miedos es que se planifican iniciativas, a partir de las cuales se espera generar mecanismos de control social, por ende reforzadores de situaciones aparentes de fragmentación. Intervenciones asociadas a la recualificación/revitalización cultural, la periurbanización y hasta la relegación urbana constituyen nuevos tipos urbanos –los dos primeros visualizados como soluciones positivas que requieren del último para existir y reproducirse-, vinculados a lo que se ha dado en llamar la “planificación estratégica”.

En el marco de la problemática planteada, nuestro interés es focalizar sobre las iniciativas de recualificación cultural, considerando que un porcentaje importante de ciudades de América Latina están siendo objeto de este tipo de intervención. Múltiples estudios y autores han abordado dichos procesos en diferentes ciudades europeas, norteamericanas y latinoamericanas (O’CONNOR; WYNNE, 1997), no obstante, esa misma multiplicidad es la que paradójicamente llevó a concluir que la recualificación/revitalización/regeneración urbana contribuye en la producción de “una ciudad de pensamiento único” (ARANTES; VAINER;

MARICATO, 2000). En la perspectiva de N. Smith (1979, 1986) estas transformaciones se vinculan con los procesos agudizados de la globalización, especulando que debido a ello es que tales cambios urbanos son rastreables bajo “una-forma” que se materializa en la ciudad mercantilizada y visualizada como “objeto de consumo”.

Sin embargo, ¿todas las intervenciones culturales urbanas son iguales? O en otros términos, ¿todas las propuestas constituidas en esta perspectiva, se materializan en las mismas condiciones, con los mismos actores involucrados, produciendo un fuerte consenso sobre los mismos? ¿Cuáles son los alcances de estas propuestas? ¿Cuáles son las limitaciones de intentos de transformación de lo existente en términos de imagen-espectáculo, belleza, pasado-patrimonio, naturaleza, cultura-arte en ciudades, como las latinoamericanas, donde la mayor parte de la población está sumida en procesos de empobrecimiento y desigualdad social?

En este sentido, nos interesa reflexionar críticamente sobre los desafíos y problemas que presentan este tipo de acciones estrechamente asociadas a las ciudades latinoamericanas. Partiendo del discurso global/trasnacional según el cual la cultura se ha vuelto un recurso para el desarrollo, con implicancias sobre el papel que hoy tiene el campo de la cultura sobre las políticas urbanas, es que pondremos en debate las relaciones y tensiones que se establecen entre cultura/patrimonio y espacios públicos urbanos.

### **¿La Habana es a Bucarest...lo que Buenos Aires es a Barcelona?**

Hace ya unos cuantos años cuando visité La Habana y recorrí las calles de su centro histórico, encontré cierto aire de familiaridad con otras centralidades históricas de América Latina e incluso con barrios que, sin ecuacionar centro y poder, vienen transitando por el mismo camino de la intervención cultural. Desde este “parecido de familia”, la pregunta que emerge casi como una obviedad, es cómo La Habana –como observamos en la introducción respecto de Caracas-, enmarcada en un contexto socio-político contundentemente diferente del que prevalece en otros países y ciudades, fue intervenida de la mano de la cultura y el patrimonio y cómo desde este modelo es que las implican-



cias han sido relativamente similares a las de otras ciudades: los desplazamientos de población local y localizada –solo en retorno para ofrecer algún servicio–, el vaciamiento de espacios públicos antes bulliciosos, la estetización y la visita del transeúnte-turista. Probablemente, Cuba necesitó del centro histórico embellecido de La Habana para hacer frente al bloqueo económico, no obstante y si así fuera, le ha hecho frente con las mismas armas con que se lo bloquea, porque en cierta forma estas intervenciones se entienden en el marco de la cultura y el desarrollo, encuadrado en el discurso global de organismos que responden a ciertos modelos de la “occidentalización del mundo”.

Más recientemente aún, visité por primera vez la ciudad de Bogotá, sobre la que hasta hace poco conocía solo desde los relatos de algunos de sus habitantes, en los cuales el centro histórico aparecía como un lugar en las sombras de la ciudad, acechando peligrosamente a sus visitantes. Sin embargo, tal fue la sorpresa cuando La Candelaria –el centro histórico– apareció ante mis ojos: un barrio en renovación, intentando revivir un pasado que hasta hace poco era ajeno a sus residentes, pero sobre todo, a los habitantes de la ciudad. Y pensé en la ciudad de Quito y su monumentalidad colonial que, obviamente, se construye a distancia de la monumentalidad “popular” de La Candelaria, pero sobre todo pensé que las propuestas de regeneración urbana en los que la cultura y el patrimonio son recursos ineludibles están –como ya dijo Hannerz (1996), “en todas partes”, si bien como en este caso construidas entre “lo monumental” y lo “popular monumentalizado”-. Están en “todas partes” sin embargo, diferenciadas o más bien retomando trayectorias específicas de acuerdo a los contextos locales urbanos.

Llevada por lo visto en La Habana o en Caracas diría que estas formas de intervención, no solo son transversales y atraviesan diferentes realidades urbanas, y en lo más importante, distintos contextos socio-políticos –cuestión que en cierta forma relativizaría el sentido capitalista y occidentalista de estos modelos–; sino que además se constituyen homogéneamente como si los problemas y las soluciones fueran comunes y pasibles de ser comparados por todas las ciudades del mundo. La Habana es una ciudad próxima a nosotros como latinoamericanos, no obstante, basta leer a Althabe (2008)

cuando plantea la reconversión de Bucarest en Rumania, luego de la caída del comunismo, para pensar que efectivamente estos modelos se imponen más allá de contextos políticos y que operan en la misma lógica y con los mismos resultados –renovación de edificios desde nuevas formas de monumentalización y reubicación de pobladores e incluso de quienes transitan la ciudad–.

La idea de intervención cultural niega la de proceso(s) vinculados a la recualificación/renovación/regeneración urbana. En cierta forma, la visión intervencionista, estrechamente asociada a la concepción clásica del desarrollo, sincroniza y horizontaliza un modelo que parece expandirse sin discusión y sin particularidades, por las ciudades en su conjunto. Esta perspectiva ha propiciado la “ciudad de pensamiento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, op. cit) expandible, generalizable y globalizable. Y en esa forma de desterritorialización del modelo se pierden los procesos a partir de los cuales, las intervenciones pueden constituirse entre rupturas, discontinuidades y fundamentalmente entre especificidades asociadas a tensiones locales.

En tanto las palabras no son neutrales, cuando los gobiernos, los gestores y planificadores, o los propios académicos hablamos de intervenciones culturales urbanas, estamos apelando a un modelo que se plantea como desterritorializado, pensando en la desterritorialización como la forma hegemónica por excelencia para representar la globalización (MATO, 2003). En contraposición, cuando de la mano de la cultura y el patrimonio se habla de procesos de revitalización y/o de recualificación urbana, no solo se trata de un juego o un intercambio de palabras, sino sobre todo de pensar dichas propuestas ya no como meros modelos que se producen bajo la visión naturalizada en torno de una potente geografía imaginada ligada a la desterritorialización a-espacial (MASSEY, 2008). En la perspectiva de la desterritorialización y globalización a-espacial, como señala Massey, “las multiplicidades esenciales de lo espacial son negadas”, del mismo modo que las trayectorias específicas se ven como obstructivas. De allí, que la idea asociada a las intervenciones culturales urbanas responden a ese sentido de “inevitabilidad” (op.cit.: 127) que implica un único camino posible que, como hemos mencionado, se imprime en las diferentes ciuda-

des de nuestro continente. Por contraste, postular que dichas acciones son procesos ya no desterritorializados o globales, sino atravesados por la transnacionalidad, en tanto condición compleja de producción transversalizada por las trayectorias y especificidades locales, que aunque constituida más allá de las fronteras nacionales, en torno de similitudes, sin quiebres, al mismo tiempo tiene fronteras, lleva a pensar que se producen entre diferencias, avances y retrocesos, y sobre todo entre relaciones de poder que contribuyen en procesos de desigualación. Si bien, en una primera instancia, tal como señala Smith (2006: 67-68, n/traducción) parece una cuestión de escala, la problemática asociada a las “estrategias de “regeneración” [constituidas] a través de las fronteras nacionales... inauguran estrategias de gentrificación transnacional...”. Proyectos que ya no tienen, aparentemente, un origen nacional, no obstante ello, fenómenos producidos en la transnacionalidad y contextualizados en la situacionalidad de lo local.

Desde el sentido global y a-espacial de estas propuestas (en el sentido dado por Massey que no se traduce en el fin del espacio, sino en pensar en un espacio que disuelve las fronteras, que se abre al infinito), la requalificación cultural aparenta ser un modelo homogéneo, único, extensible más allá de las fronteras, las temporalidades, los actores e intereses comprometidos. Una perspectiva que no solo omite las diferentes formas de requalificar en base a los múltiples contextos localizados, sino que autoriza la repetencia, no solo en términos de la planificación urbana, sino incluso en relación a la producción académica que, más allá de matices, suele concluir genéricamente en que se trata de una tipología propia de la contemporaneidad y fundada en la “globalización desde arriba” (LINS RIBEIRO, 2009; SEGATO, 1997).

Las iniciativas ligadas a la requalificación requieren de elementos y/o manifestaciones “amplias y universales de la cultura” (BAUTES, 2010: 159) estrechamente asociados a las nuevas dimensiones culturales del desarrollo. En este sentido, tomamos prestada la visión de Daniel Mato con la que define el Programa de Cultura y Desarrollo, mediante el cual la Interamerican Foundation y la Smithsonian organizaron un Festival Folklife en 1994, para dar cuenta de que las iniciativas de requalificación urbana constituyen una forma específica dentro del

complejo transnacional vinculado a la producción cultural. Parafraseando al autor, las acciones de requalificación trascienden la dinámica global suprahumana, colocando en escena ideas, interpretaciones y representaciones que desde la cultura operan sobre la ciudad, producidas en “procesos sociales transnacionales”, es decir entre actores que podríamos calificar como “transnacionales” y actores que especulamos se constituyen en el ámbito de lo “local”. Desde esta perspectiva, es posible decir que los procesos de requalificación cultural urbana son la traducción selectiva de una agenda pública transnacional en la que contribuyen no solo organismos como Unesco, agencias de cooperación internacional, Banco Mundial, entre otros, sino también ONGs y fundaciones que suelen constituirse como “locales” (pertenecientes a ciertos países), no obstante, trascendiendo dichas localizaciones cuando sus iniciativas y financiamientos llegan a otros lugares y a articularse con actores de esos otros territorios. Dicha agenda se completa con la participación de los gobiernos nacionales, pero sobre todo de los gobiernos de las ciudades. Estos no imponen la agenda tal como se decide en las altas esferas de los organismos transnacionales. Cuando bajan a sus territorios no solo filtran y seleccionan aspectos de la misma, sino que desarrollan sus iniciativas luego de arduos procesos de negociación con otros actores, como puede ser el campo de lo privado e incluso los sectores sociales involucrados con los territorios – desde asociaciones vecinales hasta grupos y sujetos locales (ARANTES, s/d).

Como hemos señalado los procesos de requalificación cultural urbana son un componente ineludible de los caminos que ha tomado el desarrollo cultural en las ciudades. En este sentido, es de destacar que esa agenda transnacional organizada en base a convergencias negociadas, también en disensos, obtiene valor toda vez en que se renegocia en el ámbito de lo local, arena en la que confluyen también consultorías y orientaciones que provienen de ciudades reconocidas como paradigmáticas –por ejemplo en el caso de América Latina, los representantes de Barcelona han sido figuras que desde el ámbito transnacional-local han jugado un papel crucial en la definición de principios para las experiencias requalificadores en Buenos Aires, Río de Janeiro, San Pablo, entre otras-. Es decir, que la agenda pública transnacional que tiende a

unificar los procesos, es nuevamente rearticulada una vez que los gobiernos locales recrean el espacio de negociación con referentes territoriales del ámbito transnacional-local, pero también con instituciones y organismos que juegan entre los dos niveles, con el ámbito privado y con los grupos y sujetos locales ligados a los territorios de la ciudad en cuestión. Es allí en que se negocian las formas de implementación de estos procesos, así como las maneras de representar la cultura, el patrimonio, el desarrollo. Es por ese camino en que, retomando a Lins Ribeiro (1997:17), aquellos componentes obtienen eficacia discursiva, material y simbólica: la recualificación cultural urbana se observa como una promesa ligada al desarrollo en tanto “ideología y utopía”, operando “como una verdadera matriz que cimienta sociedades y culturas...”, además de ciudades conformadas allende los países, culturas y urbes construidas como prototípicas. Nuestras ciudades y los espacios escogidos para su recualificación pasan a componerse en torno de “racionalidades y objetivos políticos y económicos de Occidente” (DAHL; HJORT 1984, apud LINS RIBEIRO, op.cit.), y en ese sentido, promoviéndose como “espacios de utopía y esperanza” (parafraseando el título del capítulo 8 y el del libro de David Harvey (2004).

La condición de transnacionalidad que atribuimos a los procesos de recualificación cultural urbana no solo se define en la agenda y entre los actores involucrados, sino también con una mirada focalizada en una ciudad-modelo. Así como Bénit et.al (2007) plantean que Los Angeles se ha constituido en el prototipo de la “ciudad fragmentada” producto en América Latina de cambios en la espacialización de la pobreza, condición para pensar en cierta “involución urbana” en las ciudades de nuestra región –los autores refieren como ejemplo paradigmático de ello a la ciudad de San Pablo, preguntándose si la “losangelización” de las ciudades implican la “losangelización” de los ciudadanos-; resulta evidente, a través de la bibliografía específica, pero también de la conformación de la agenda, que Barcelona es la ciudad-modelo en relación a los procesos de recualificación llevados a cabo en nuestras ciudades. La relación entre la fragmentación y la recualificación, hemos dicho al comienzo, que resulta inevitable, en tanto constituyen procesos ligados al “aumento de la pobreza

intra-urbana”, pero también a la “descalificación de ciertos barrios próximos al centro” (BÉNIT et. al op.cit: 18), situación que en pos de su reversión tiende a la revalorización de los mismos mediante el *tandem* cultura y desarrollo. Resulta interesante que mientras Barcelona es el espejo transnacional desde donde las ciudades latinoamericanas han decidido mirarse, es Puerto Madero en Buenos Aires, el proceso de recualificación a regionalizar en tanto referente transnacionalizado. Barcelona desde el mundo occidental desarrollado ha creado el referente y modelo de la utopía recualificadora, aquel que Borja y Muxi (2003: 48) ha vinculado a su noción de agorafobia urbana, referencia que desde el sur del continente –nos referimos a Puerto Madero- aparece como el espejo retrovisor para las urbes latinoamericanas.

En la concepción intervencionista, además de omitir la dimensión procesual, la recualificación se despolitiza. La negación de la dimensión política de estas propuestas, fortalece la visión natural/naturalista de estos procesos. Desde esta perspectiva, es que la recualificación/regeneración ingresa homogéneamente en diferentes ciudades, a distancia de los contextos políticos nacionales y desencuadrada de los procesos históricos locales –de allí que Caracas, La Habana o Bucarest renueven sus centros históricos, en apariencia, desajustadamente de sus sistemas políticos concebidos, en diferentes grados, en discusión con el capitalismo neoliberal y occidental-.

La recualificación cultural o la regeneración urbana visto como “proceso natural” se arraiga en el “capital de expresividad urbana” (CRUCES VILLALOBOS, 2004) con que cuenta toda ciudad. Dicho capital que fue invisibilizado en la constitución de la ciudad moderna, resulta visibilizado en esta nueva conformación de las ciudades, sin embargo, bajo la idea naturalista, como si ese capital, además de desproblematizado, fuera algo dado, potencialmente emergente en su a-politicidad. En este sentido, esa expresividad reflejada desde la revitalización cultural y/o del patrimonio, retoma la perspectiva no política con que estos recursos fueron constituidos desde sus orígenes: tanto la cultura en su concepción evolutiva y/o particularista, como el patrimonio disociado de la idea de construcción social y política, son insumos que en estas perspectivas fortalecen la visión naturalista. Como lo ma-

nifiesta Jerome Monnet (1996) el patrimonio se ha constituido como un campo despolitizado desde el cual se ha promovido cierta desresponsabilidad de los agentes institucionales, sin embargo, ocultando desde allí, que efectivamente es un instrumento de gestión política y poder público. Esta visión que ha prevalecido en la conformación del patrimonio, ha llevado a observarlo como algo que está ahí para ser tomado y puesto en escena – del mismo modo en que lo cultural en general puede ser reproducido en ese sentido - y es en esa óptica en que se replica en el nuevo contexto de procesos de renovación urbana. La naturalización de la expresividad urbana no implica, sin embargo, la ausencia de jerarquizaciones: algunas ciudades, algunos centros históricos, algunos barrios peri-centrales acaban siendo “naturalmente” más proclives a su existencia y más propicios a la instrumentalización de la requalificación cultural. Aún desde la naturalización de estos procesos, es posible inferir que el “pensamiento único” con que muchos especialistas los han analizado, o con que los agentes institucionales los han puesto en práctica, es cuestionado en su homogeneidad y en su firme propósito de transversalizar horizontalmente las diversas ciudades y espacios locales. La naturalización, así como la despolitización, nos obliga a revisitar “la soportable/insoponible levedad de lo urbano” que subyace a dichos procesos<sup>2</sup>. La idea de la levedad nos parece crucial para entender esa idea natural y despolitizada sobre la cual venimos hablando.

Aunque los detonadores/detonantes urbanos sugerentemente continúan siendo “cuerpos pesados” asociados a edificios monumentales y globales, como el ya famoso Museo Guggenheim de Bilbao, cuya concesión también quiso tener Río de Janeiro, o la Ciudad de las Artes y las Ciencias en Valencia, ambos ejemplos situados en España, al mismo tiempo, la retórica asumida en la práctica institucional bajo la premisa asociada a “crear un ambiente/atmósfera” que permita reparar, sanear, purificar la territorialidad del conflicto urbano, toma cuerpo y peso, no obstante, en la adherencia a monumentos, artefactos culturales, objetos y bienes, infraestructura y equipamientos culturales diversos. Tamaso retomando a De Certeau (1996: 195-196, apud TAMASO, 2006) nos habla del sentido restauracionista que impera en las iniciativas asociadas a la requalificación. Son los “objetos”

o “cosas” en el sentido objetivista de la cultura o en la visión patrimonialista de lo tangible, y sobre todo su implantación como su restauración, componentes de relevancia en la imposición de nuevos valores, en el pasaje hacia otros sistemas de prácticas y hacia el cambio de redes e interacciones de practicantes. Esta visión produce efectos cruciales para los sujetos y grupos, pues “la restauración de los objetos viene acompañada de una desapropiación de los sujetos”, en suma, la requalificación dice más de los “objetos restaurados” que de los “beneficiarios de la restauración”. La rehabilitación de docks portuarios deteriorados hasta la década de los '90, así como el denominado “Puente de Calatrava” o “Puente de la Mujer” construido en Puerto Madero, constituyen esos “artefactos pesados” que, retomando estilos, estéticas y réplicas de la transnacionalidad, sirven a la revalorización del lugar.

Los denominados por Lins Ribeiro (1997) “mega rituales globales” suelen constituirse como un recurso adicional a la atribución de valor. Los eventos de gran escala, aunque en su levedad y volatilidad, han contribuido o se espera que contribuyan en los procesos analizados. El mundial de fútbol o los juegos olímpicos que se desarrollarán en Río de Janeiro pueden, no solo generar un espacio temporal delimitado por rituales de apertura y cierre además de crear “comunidades” interpeladas por el acontecimiento transnacional, sino también –como sucedió en Barcelona- dejar “rastros” materiales que contribuyan en las transformaciones espaciales y desde allí en cambios socio-económicos. Los “mega rituales” transnacionales –eventos de rock, mundiales de fútbol, mega exposiciones de esculturas (como aquella de vacas replicadas en espacios públicos de Barcelona, Quito, Buenos Aires, entre otras ciudades)- constituyen componentes cruciales en la operativización de “políticas económicas culturales” (KONG 2000, apud BAUTES, 2010: 159) tendientes a la refuncionalización de flujos e inversiones económicas, la promoción de lugares y la creación de marcas e imágenes que posicionen a la ciudad en cuestión en el espacio de las redes urbanas y de las alianzas entre actores del campo transnacional.

En épocas de “Bicentenarios” en América Latina, algunos de éstos apelan a los cánones de estos mega-eventos transnacionalizados. Con mayor o menor éxito, la realización del Bicentenario en el



centro histórico de la Ciudad de Quito en 2009, en la Avda. 9 de Julio (centro de la ciudad) de Buenos Aires en 2010 y el que se desarrollará en ciudad de México en setiembre de este año, constituyen acontecimientos ligados a la cultura y el patrimonio como recurso e imprimen transformaciones socio-espaciales. Desde espectáculos vinculados a shows musicales, de danza, apertura de centros culturales como ha sucedido en Quito, hasta la construcción de un “Paseo del Bicentenario” a lo largo de la 9 de Julio en Buenos Aires, donde se entrelazaron desfiles tradicionales con un desfile artístico a través del cual se reconstruyeron los hitos de la historia nacional, representaciones de las provincias con espectáculos musicales/shows de luz y sonido, recreaciones de fiestas populares, degustación de comidas regionales; los espacios fueron objeto de políticas públicas y prácticas sociales vinculadas a la creación cultural. Fundada en interacciones entre “situaciones eventuales” que, en su especificidad, recrea elementos y representaciones legitimados en la agenda y campo de lo transnacional, rituales de pasaje y relaciones y prácticas del ámbito de lo cotidiano resaltadas en el ámbito de lo extra-cotidiano. Por un lado, resulta interesante que estos mega-eventos producen un efecto conmemorativo que reúne a diferentes grupos sociales en el marco de “sentimientos y compañerismos” (LINS RIBEIRO, 1997: 22) afines en la idea de bicentenario latinoamericano. Por el otro, que este tipo de acontecimientos hacen de la ciudad un dispositivo cultural –tal como señala Agier quien discute con la idea de la ciudad como productora de cultura desde sí misma (1999: 150).

Estos mega-eventos y mega-rituales de carácter transnacional en muchos de sus aspectos – incluso regionalizados en el contexto de las ciudades latinoamericanas, de modo tal que con frecuencia lo que vemos como turistas en metrópolis cercanas (con recurrencia también en capitales europeas) o como residentes en nuestra propia urbe, tienen un “aire de familia” que nos vuelve más latinoamericanos, al menos en la coyuntura de ese momento-; devuelven a los espacios ese “clima” o “ambiente” necesarios a posibles recualificaciones posteriores. La “atmósfera cultural” resulta afín a la noción de “paisaje” recortado y constituido entre la (in)soportable pesadez y levedad de lo urbano. Pero las especificidades de dichos acontecimientos son

las que permiten observar que tanta familiaridad se relativiza en torno de los efectos finales: las conmemoraciones de México DF y la de Buenos Aires dan cuenta de esas diferencias, pues la primera dejará rastros del acontecimiento plasmados en señales asociados a obras públicas y monumentos por doquier, mientras el “Paseo del Bicentenario” de Buenos Aires, si bien recreó una territorialidad explícitamente “pesada” durante el evento, pocos días después de finalizado, mostró su “levedad” en el sentido efímero del mismo. Tanta “pesadez” como tanta “levedad” no producen necesariamente “paisaje cultural”, no obstante, es bien importante resaltar la relevancia dada a este tipo de eventos en determinados espacios de la ciudad y sobre todo visualizar las similitudes entre ellos.

La cultura y su rol en los procesos que estamos analizando, solo es entendible a través del discurso global y globalizado en el que la misma se ha vuelto un “potente motor de desarrollo” (CANCLINI, 2005), o bien un recurso, en palabras de Yúdice (2002), aparentemente material –en tanto utilitario en pos de beneficios económicos-, sin embargo, cada vez más, centrado en su concepción espiritual, la que coloca a la cultura trascendiendo a los individuos, como potencial instrumento de evolución hacia el progreso. Como fue planteado por George Yúdice (2002: 23, el resaltado es nuestro) “En lugar de centrarse en el **contenido de la cultura**... tal vez sea más conveniente abordar el tema de la cultura en nuestra época... considerándola como un **recurso**”. Esta nueva perspectiva asociada a la cultura, contribuyó, al menos aparentemente, en el desplazamiento de la “cultura como trascendencia”. La apelación del autor remite a la transformación de la cultura como un elemento fundamental respecto del desarrollo –crecimiento económico, atracción de inversiones, desarrollo urbano, etc.-, perspectiva que banaliza a la cultura pero que también la recrea como “transculturalidad”, situándola como “reserva de sentido” al mismo tiempo que como elemento residual (RIST, 2000: 134). En la visión de la “cultura como recurso” prima la concepción de ésta en su transversalidad, es decir, atravesando todos los aspectos de la vida social: perspectiva que ha contribuido a pensar la cultura ya no restringida a un campo delimitado, como el de las políticas culturales, sino ubicable en cualquier área de gobierno. Asimismo, centrada en la estructura

simbólica que subyace a la misma y que permea la vida social y cotidiana de los sujetos, contribuye a su densificación, simbólica antes que material, y desde la misma a la emergencia de la creatividad social y la generación de atmósfera.

Este supuesto avance ligado a los usos de la cultura en la conformación urbana de las ciudades, contradictoriamente parece llevar hacia una nueva perspectiva –aunque no tan nueva, en tanto se asienta en la concepción antropológica de la cultura- en la que la misma parece tomar vida propia, imponerse por encima y más allá de los sujetos, yuxtaponiéndose a bienes y objetos sin mediar en ocasiones apropiación alguna por parte de aquellos y en ese sentido, “crear atmósfera”, derivando como hemos dicho, en la levitación de la cultura en tanto “espíritu” y “alma” de las “cosas”, en tanto campo autónomo respecto de los sujetos y grupos sociales. Como señala Bautes (2010: 359) la cultura en tanto recurso de la recualificación se traduce en “cultura sin autor”, a contramano de los propios fines perseguidos por esta concepción, o sea por “fuera de preocupaciones sociales” y reflejada en “políticas económicas culturales”. En este sentido, la cultura se convierte en un dispositivo material y simbólico que, adherido a monumentos, arte, patrimonio inmaterial, se torna “objeto de contemplación” y como señala De Certeau (1996) “sustrae a usuarios de lo que presenta a los observadores” (apud TAMASO, 2006: 4). Desde esta perspectiva, los procesos de recualificación son el producto de un “urbanismo escenográfico” (BORJA; MUXI, 2003) que hace de la ciudad una especie de museo patrimonialista o de galería de arte donde las obras u objetos seleccionados son iluminados una vez en que se extraen de “su lugar” y por ende, son desapropiados de los sujetos productores o bien de los sujetos y grupos que usan y se apropian de los mismos. Los elementos recualificadores se transforman en dicho proceso y salen del espacio/tiempo cotidiano hacia un espacio/tiempo extra-cotidiano.

Hace ya unos cuantos años, pero como no podía ser de otro modo, en la década de los '90, cuando estos procesos empezaron a tener presencia en América Latina, en la ciudad de San Pablo la Asociación Viva O Centro en alianza con el gobierno local, comenzó a promover la recualificación del centro histórico. Fue en torno de dicho contexto en que desde el poder público se planteaba: “necesita-

mos sacar nuestra carta de identidad, elegir algún símbolo que al mismo tiempo catalice **nuestro espíritu de paulistanidad**, el que no se traduce por la raza, color u origen, sino que es antes un **estado de espíritu**”, espíritu reflejado en el “ser paulista” como una forma de vivir, soñar, trabajar, luchar y morir por San Pablo. En esa propuesta subyacía un interés casi patriótico fundado en base al consenso en torno de una identidad esencial “leve” y al mismo tiempo lo suficientemente fuerte como para recrear la “comunidad imaginada” en tanto entidad abstracta y abstraída de la vida social. Pero sobre todo de la vida social y sus conflictos.

El objetivo de posicionar a Buenos Aires como “Capital Cultural de América Latina” (un propósito gubernamental y ligado al mercado que se promueve también desde fines de los '90), situación que coincidió y se complementó con la propuesta de declarar “Paisaje Cultural de la Humanidad” una amplia zona de la ciudad, procurando otorgarle “valor universal excepcional” que por sobre todas las cosas incluye el río, territorialidad física desde la que se intenta fortalecer el carácter “porteño” de la ciudad, pero también ciertos espacios recualificados o con intentos de renovación como Puerto Madero, La Boca, San Telmo, entre otros; resulta otro ejemplo paradigmático en el sentido planteado.

Tanto en Buenos Aires como en San Pablo, a las que podríamos agregar Río de Janeiro<sup>3</sup> –por solo mencionar tres de las ciudades más paradigmáticas en torno de estos procesos-, la cultura aparece en un rol central y crucial de los procesos mencionados, a fin de “promover ciudad” a partir de singularidades, no obstante universalizables desde su carácter de transnacionalidad, que se suponen fortalecen una idea de cultura urbana más asociada a la de “estilo de vida” que como “asunto político” –parafraseando a Appadurai y Steinou (2001) quienes señalan este punto en relación a la problemática de la diversidad cultural-. Es de destacar que aunque los valores culturales urbanos que se promueven se construyen desde lo local, no obstante, atravesados por referencias globales; por otro lado, se trata de referencias culturales fuertemente enraizadas –también tipificadas en base a la legitimación de procesos de estereotipación-, fácilmente transnacionalizables –es obvio que la “Buenos Aires cultural” como

Río de Janeiro como “ciudad de samba” son reconocibles por otros latinoamericanos e incluso por otros “ciudadanos del mundo occidental”, en tanto representaciones dominantes y legítimas de cada ciudad en particular que se han expandido a lo largo de procesos históricos extensos-, pero sin duda cargadas de relativa y profunda especificidad.

Retomando lo dicho hasta aquí, podríamos plantearnos tres premisas básicas en la promoción de la recualificación transnacional: 1) la banalización con que se construye la cultura como recurso, por efecto de su supuesta ampliación que sobreviene de pensarla como un recurso que puede flexibilizarse y desparramarse más allá de distinciones sociales y culturales – desde este punto de vista, no solo habría ampliación sino también aparente inclusión; 2) la estrecha vinculación entre esa idea de cultura y la visión de la regeneración y renacimiento como parte de un estado de situación único que omite procesos y contextos de localización específicos –es muy probable que el modelo catalán solo sea aplicable con relativo éxito en el contexto de una ciudad como Barcelona. Cada ciudad es el resultado de procesos de conformación históricos localizados a partir de los cuales son entendibles valores, prácticas y comportamientos; 3) la puesta en juego de modelos en los que impera y circula la lógica de la rentabilidad económica camuflada mediante el protagonismo dado a la lógica de la rentabilidad cultural, en el presupuesto de que todo espacio condensa valor agregado y capital simbólico – solo hay que saber extraerlo -, por ende que cada y todo lugar de la ciudad puede usufructuar de esa rentabilidad – oscureciendo un registro segmentado de lugares más rentables y lugares menos rentables, o sea más o menos atractivos, más o menos distintivos.

Desde las premisas planteadas, resulta de interés profundizar en esta cuestión de la cultura como recurso de la recualificación, pues es en ese punto en que se entronizan una serie de paradojas: 1) la visión de la cultura como recurso se forja en una idea esencial y utilitaria de la cultura que en primera instancia relega la importancia de pensar la cultura como “lo cultural” (APPADURAI, 2001) o sea como diferencia situada por efecto de procesos específicos de localización y desigualmente constituida en relación a los mismos. Por ende, la cultura en estos términos desdiferencia (reproduce mode-

los aparentemente generalizables y necesarios por igual, negando su dimensión hegemónica); 2) En la visión de la cultura como antídoto de las patologías urbanas, opera la fuerte mirada acerca de que “todo espacio y todo sujeto y/o grupo social tiene/ posee cultura” (CANCLINI, 2005). El aparente desplazamiento del sentido de “trascendencia” que supo tener la cultura, que hemos puesto en duda mas arriba, y que se vio plasmado en determinados “nichos urbanos” de la ciudad moderna –zonas históricas resaltadas, áreas asociadas a las bellas artes- conduce hacia la concepción antropológica y subjetiva de la cultura, que en términos de UNESCO y otros organismos, se traduce en la palabra creatividad. Creatividad y expansión de la cultura más allá de las artes cultas y el patrimonio histórico, supone desarticulación de la cultura y la especialización y consagración instituida por efecto de políticas culturales selectivas, asimismo, supone igualación de producción, circulación y consumo del entramado de símbolos que intersectan la vida social. Se espera que la capacidad de imaginar e innovar surja del reconocimiento de la creatividad que todos podemos desarrollar, más allá de capacidades intelectuales y/o culturales especiales (todos somos potencialmente creativos y toda ciudad contiene recursos asociados a la creatividad) –la idea de creatividad se introduce como solucionador de problemas de todo orden-; 3) no obstante, en el camino hacia su utilización en procesos de recualificación urbana, la cultura comporta cierta ambigüedad: por un lado, se desparrama como atributo y atribución extendida en la estructuración de la vida social cotidiana –se subjetiva-, por el otro, adquiere su sentido de “trascendencia” toda vez en que se vuelve recurso de dichos procesos –en la transformación de un “lugar común” en un “lugar extraordinario y fuera de lo común” es necesario seleccionar y exaltar ciertos referentes simbólicos a partir de los cuales se establecen parámetros de definición del lugar y una matriz de inclusión-exclusión socio-cultural-. La cultura así recurre al patrimonio o el arte, los que mediante usos de la estética y la belleza, operan sobre la conformación de referentes excepcionales y de excelencia cultural –excepcionales porque pueden representar por exceso y condensación de signos-. La cultura se reinstitucionaliza objetivando y materializando manifestaciones de orden inmaterial. En este sen-

tido, su ambigüedad deviene de su nueva misión asociada a la atenuación y compensación de tensiones y conflictos de otro orden, sin embargo, atrapada necesariamente en su papel de excelencia y excepcionalidad (la cultura eleva y dignifica lo social); 4) La visión anterior remite ineludiblemente a la idea de “todos tienen cultura”, no obstante, como lo ha señalado G. Canclini (op.cit.), omite la pregunta acerca de quienes, donde y como pueden desarrollarla. La desdiferenciación cultural se desajusta y contradice en relación a la producción de “las culturas” frecuentemente estigmatizadas y construidas en la desigualdad social. En este aspecto, puede rastrearse la ambigüedad conflictiva en que la cultura hoy se vuelve un recurso de relevancia para los procesos de transformación urbana. La visión de la cultura como recurso y su ampliación a la idea de creatividad supone mayor igualdad y democratización e inclusión de los sujetos y grupos sociales en su diversidad. Pero la inclusión de los sujetos no garantiza su incorporación como sujetos históricos y productores de cultura. No obstante, participación no es igual a democratización e implementación de justicia distributiva: disfrutar de sus modos de vida y de sus manifestaciones culturales e incluso ser reconocidos a partir de ellos, no se traduce en la corrección de desigualdades sociales, económicas y políticas; hay expresiones de mayor o menor valor, hay culturas minusválidas; 6) La promoción de la diversidad cultural o la mixtura social en un “paisaje” –un lugar requalificado- a partir del cual “todos” pueden apropiarse de “lo cultural” y “todos” tienen cultura, supone que “todos” pueden ser integrados y merecedores de la ciudad, relegando, como señala Zukin (1996), que “la cultura es también un medio poderoso para controlar las ciudades”.

Los postulados planteados reintroducen el problema de las ambigüedades, contradicciones y tensiones contenidas en los nuevos procesos de renovación urbana donde la cultura opera como un recurso indiscutible. En cierta forma, y parafraseando a Susan Wright (1998), ¿cómo empezar a mirar esta utilización de la cultura en diversos campos de lo urbano por parte de tomadores de decisiones que proceden del campo de la política, y desde allí analizar los efectos sobre los diversos actores sociales involucrados, especialmente sobre los vistos como “no productores culturales”? ¿...”a

qué lógicas pertenecen las operaciones de requalificación...: a aquellas del juego electoralista, de los imperativos de la competitividad, de los principios de la sostenibilidad o del discurso global formulado por los organismos internacionales que intervienen sobre el lugar directa o indirectamente?

Como hemos venido analizando, en parte responden al discurso global y globalizado de la cultura y el desarrollo que, sin duda, en algunas ciudades han intervenido incluso con financiamientos –es el caso de Quito, por ejemplo, donde inicialmente el BID intervino con financiamiento y desde allí indujo a la creación de una empresa mixta (una alianza público-privada), así como la Junta de Andalucía que intervino con recursos para rehabilitación de viviendas en el mismo centro histórico; o bien el caso de La Habana que obtuvo recursos de la UNESCO-. Pero intentar explicar estas nuevas formas de operar sobre las ciudades solo desde ahí, implicaría frivolarlas. Según nuestro parecer, este interrogante se responde considerando que los procesos de requalificación/regeneración urbana se constituyen a partir de discursos y prácticas asociados a las políticas públicas que, sin embargo, se institucionalizan como materia prima global-trasnacional-local –se desarrollan localmente con influencias exógenas que, una vez materializados, también actúan irradiándose hacia fuera-. En este sentido, se trata de procesos políticos que exceden a un único partido político, porque como ha señalado Rebotier (2006: 22), en relación a la ciudad de Recife, “...la naturaleza de las políticas de requalificación de los centros es menos el producto de la ideología política de un partido o de una administración, que el resultado de un juego complejo de alianzas locales y de socios circunstanciales para el cual la complejidad de las elecciones no es de menor importancia”, sin embargo, como dice el autor, la política pública urbana precisa de horizontes temporales más largos. Sus conclusiones son bien importantes toda vez en que focaliza en el análisis del centro de Recife en relación no solo a la retórica que hoy prevalece en torno de la cultura como recurso, sino principalmente haciendo dialogar los procesos de requalificación con las políticas públicas urbanas –con el telón de fondo de la coyuntura electoral, pero al mismo tiempo reflexionando sobre las continuidades/discontinuidades vinculadas a los partidos gobernantes y en torno a las cuales



se debilitan y/o fortalecen dichos procesos o producen efectos negativos o no sobre los sectores empobrecidos, entre otras cuestiones-.

***Gentrificación, recualificación, regeneración: ¿Procesos para el consumo y/o la producción socio-cultural? ¿Procesos de adhesión y/o resistencia?***

Los procesos sobre los cuales estamos colocando nuestra atención, entraron a escena en las ciudades denominadas del Primer Mundo –como Nueva York (EEUU) o Londres (Inglaterra)- bajo el nombre de la *gentrificación*. Entre la década de los '60 y la de los '70, comienza a producirse el “retorno a la ciudad”, particularmente a los centros que por ese entonces sufrían el deterioro y la crisis que afectaba en su conjunto a las ciudades por entero. Estas formas de reorganizar los espacios deben entenderse en un contexto de desindustrialización, según el cual, la mayoría de las ciudades perdieron la fuente de recursos necesaria a la reproducción de una parte de la sociedad –no debemos olvidar que la ciudad moderna, siguiendo a Donzelot (2004), se constituyó en base a una lógica del ascenso social producto, no solo de una forma de insertarse en un contexto de planificación funcionalista, sino también de ingresar en el mercado de trabajo propio de la industrialización-.

Si bien no es interés de este texto realizar una genealogía de los términos, sino discutir con los componentes del proceso y sus desafíos y limitaciones mirados desde el conjunto de las ciudades latinoamericanas; por otro lado, resulta de interés volver por un momento, sobre la categorización que se impuso desde las “ciudades desarrolladas” en el mundo occidental. La palabra *gentrificación* supone ese movimiento, es decir la reconversión o recambio de población: zonas abandonadas y centrales transformadas y recuperadas para sectores sociales, especialmente clases medias “distinguidas”, gustosos de estas nuevas áreas “ennoblecidas” (como resultado de la expulsión de sectores populares). Dicho movimiento era y es (cuando se produce) la consecuencia de la generación de un “paisaje”, concepto clave, según Zukin (1996), para comprender la transformación espacial asociada a la *gentrificación*. La misma autora nos dirá que la construcción de paisajes en base a

estos procesos implica una “apropiación cultural dirigida” que en las ciudades modernas antiguas (las que poseen historia manifiesta, es decir patrimonio histórico) conduce a una redefinición del “significado social de un *lugar* específicamente histórico para un segmento del *mercado*”. El remapeamiento de las ciudades sería el resultado de la construcción de “espacios liminales” (entre lo público y lo privado, el mercado y el lugar), concretamente de “paisajes” a los cuales se llega con la cultura como recurso estratégico invaluable y en dos etapas según la misma especialista: en primer lugar, un grupo –que Zukin suele asociar al mercado- no nativo del lugar toma cuenta de la perspectiva del mismo y del carácter local, en segunda instancia, ese grupo convierte lo local en paisaje a partir de los procesos de apropiación espacial, en el que la cultura se transforma en un negocio, pues actúa a favor de nuevas inversiones económicas, al tiempo que en una estrategia de estetización y construcción de imagen.

En esta concepción de la *gentrificación* se materializan “paisajes” embellecidos a partir del denominado “urbanismo escenográfico”, una forma de reapropiación simbólica de lugares de la ciudad, sobre los cuales se interviene microquirúrgicamente, de acuerdo a esta perspectiva, a los fines de sobrecargarlos de plus simbólico y volverlos “lugares especiales” contorneados en base a contenidos culturales estrechamente relacionados con el entretenimiento y el placer –incluso la puesta en valor del patrimonio histórico, se supone que encuentra sentido desde esa lógica de uso-. Los procesos de *gentrificación* que los autores brasileiros tradujeron como de “*ennobrecimiento urbano*”, pero que con posterioridad también fueron llamados de recualificación cultural urbana <sup>4</sup> –sobre todo en nuestro medio se recurrió a esta denominación en sintonía con el modelo de Barcelona, el que fue impuesto con características similares en varios lugares de Buenos Aires, aunque especialmente en Puerto Madero-; responden a una estrategia de impostación de un estilo de vida antes que a una revitalización o rehabilitación –conceptos diferenciados en cuanto a su sentido- del espacio deteriorado e intervenido, desde las cuales se focalizaría la atención en el mejoramiento de las condiciones de vida de los sectores empobrecidos. Cuando el presidente de Viva O Centro en San Pablo se planteó el siguiente interrogante: “¿Estrategia de recualifica-

*ción o Política Habitacional?*” resolvió el dilema diciendo: “*Un programa exitoso de uso residencial del Centro será importante por su significado simbólico, no así como programa de atención a las agotadoras demandas por vivienda en la ciudad. ...en la perspectiva de la requalificación del área, se incentiva la función residencial...*”<sup>5</sup>. Evidentemente este actor proveniente del ámbito del mercado resalta la visión de estos procesos asociados al estilo de vida, constituido en base a la impostación de cultura, particularmente de patrimonio histórico cuando se trata de recentralizar centros históricos, sin embargo, en contextos de empobrecimiento y falta de políticas de vivienda de interés social.

Alineado con esta postura Proença Leite (2009) señala la relevancia de algunos aspectos característicos de estos procesos: 1) la necesaria incidencia de la espectacularización de la cultura; 2) la revalorización del patrimonio histórico; 3) ambos usados por prácticas asociadas al consumo cultural. A dichos rasgos, el autor agrega que el *ennoblecimiento* de determinadas zonas lleva a la “formación de socioespacialidades y a la construcción de un espacio público fragmentado...”. En base a esta visión quisiéramos resaltar, por un lado, la impostación/imposición de lo cultural, en la mayoría de las veces bajo la exaltación de un patrimonio histórico en su “versión autorizada del pasado”, que parece bajar y asentarse sobre un sitio más allá de procesos y sujetos históricos locales. Por el otro, la fuerza que adquiere esa “bajada-intervención cultural/patrimonial” que acaba reafirmando la perspectiva de estos fenómenos en base a “usos” y “consumo” y negando no solo la misma idea de procesos, sino incluso de producción y apropiaciones. Condensación de recursos que llevarían bajo esta lógica a la construcción de un mapa urbano pleno de fragmentos territoriales definidos por el diseño, en contraste con las “nuevas políticas de lugares” (DELGADO, 1998) que aunque son el resultado de aspiraciones del poder local afines a la conformación de los fragmentos –pues como señala el autor pretenden actuar sobre la “rehabilitación” o “redención del espacio” mediante la monumentalización de ciertos hitos de fuerte arraigo simbólico y la generación de identidad-, permiten pensar estos principios de organización de las ciudades contemporáneas en base a relatos constitutivos de lugares simbólicos, consecuencia de políticas territoriales

y de la identidad en las que el poder público y privado juegan un papel de trascendencia, aunque no son los únicos, en la eficacia de visibilizar “buenos y bellos espacios” y “buenos y bonitos vecinos” neutralizados por la imaginería cultural/patrimonial. Cabe destacar la relevancia que adquiere en esta redefinición de los lugares por vía de lo cultural, la imposición de la idea de belleza de acuerdo a cánones occidentalizados (AMENDOLA, 2000: 132-33) relacionados con cierta exigencia contemporánea de las ciudades: la impostación de la belleza como “un objeto de normalización positiva” o como “estética decretada” desde la cual se sanciona no solo la gama de colores con los cuales intervenir los lugares, sino sobre todo la elevación del espíritu del que ya hablamos en el tópico anterior, imaginando lugares sin conflicto y accesibles para todos, independientemente de los recursos materiales con que se cuente. Resulta de interés la apreciación que en el mismo sentido realiza Smith (op. cit.: 67) cuando señala que estas formas de ocupar el espacio son también intentos de “desestigmatización” de “zonas rojas” –“marcada en rojo” en los mapas de la ciudad por infringir moralidades legítimas-. Es decir, que la requalificación cultural contribuye a recrear parámetros y valores necesarios al sentido urbano de las ciudades –toda sociedad suele tener un sentido de la belleza desde el cual se valoran objetos y sujetos y se imprime, no solo una estética, sino también una valoración ética-. La agregación de elementos como la estética y el color, se suman en la reproducción higienista de las ciudades que no hace otra cosa que procurar retomar el paraíso perdido de la ciudad moderna en la que el higienismo fue un componente crucial a la hora de reparar las patologías urbanas. La idea de higienización física y social recientemente ha llevado a la introducción de un nuevo término para definir los procesos que venimos analizando: el de regeneración urbana, una categoría connotada por los significados biologicistas y biomédicos instalados en la modernidad urbana y retomados en la contemporaneidad.

Esta visión centra la lógica de estos procesos en el capital y el mercado, circunscribiendo las identidades socio-espaciales que de los mismos se derivan, en identidades que resultan “de aquello que consumimos” (ZUKIN, 1996). La autora (1996: 26) agregaba a su postura que “la resistencia a las

múltiples perspectivas del paisaje pos-moderno puede ser verdaderamente demostrada por aquellos que no participan de los modos dominantes del consumo visual. Mas quien hoy posee una mirada tan desocializada? Los sin techo, que no tienen lugar en el mercado; aquellos que permanecen en el lugar a despecho de las fuerzas del mercado (por razones sentimentales o de historia, barreras de clase o raza)...”. La autora desecha la posibilidad de pensar en “identidades de resistencia” partiendo de que dichos “espacios totalmente programados” (O’CONNOR; WYNNE, op.cit) por el capital, son el resultado de “identidades de consumo” que acabarían con aquellos sectores desplazados de la apropiación cultural.

La cuestión de la imposición y control homogeneizante que la cultura/patrimonio contribuirían a crear en cada uno de estos lugares especiales, asunto que obligaría a pensar en la reproducción de sitios copiados a imagen y semejanza unos de otros, ha llevado genéricamente a pensar como Zukin, que estos procesos no generan resistencias, por ende, que no dan lugar a posibles transformaciones y puesta en juego de conflictos en discusión con la imagen legitimada. O bien, en la perspectiva de Proenca Leite, aún en la idea del consumo, los usos asociados a los “paisajes de poder” (ZUKIN apud LEITE), podrían contrarrestarse con la generación de “contra-usos” (LEITE, 2007, apud, LEITE, 2009). Más allá de la visión “paisajista” o territorial desde la cual se construye esta idea, la misma relega dos cuestiones a nuestro entender de importancia: por un lado, los procesos de producción y circulación de bienes y recursos materiales y simbólicos que involucrarían a todos los sujetos y grupos implicados en algún punto con la recualificación, asunto que al recargar las tintas sobre el consumo, deja a los sujetos en actitud de pasividad, pero particularmente a ciertos sectores sociales en relación a la “no producción”, en este caso, cultural; por el otro, la inclusión de los “contra-usos” o “contra-paisajes”. Esta cuestión lleva a otros tres aspectos cruciales: 1) la discusión con el “paisaje recualificado” se daría solo en términos de dicotomía espacial, o sea en confrontación de opuestos, reforzando la idea de fragmentación del espacio y calificando entonces entre espacios legítimos y espacios deslegitimados, aunque usados por contraposición con aquellos; 2) la visión asociada a los usos, desestima la idea de apropiaciones del espacio

público urbano, perspectiva que no solo avanza sobre la simple idea de uso –y consideremos que los usos no implicarían de por sí resistencia, entre otras cuestiones-, sino que integraría la concepción ligada a la dimensión política que todo espacio requiere en su constitución social –y cuando hablamos de lo político en este caso, estamos abarcando a los sujetos y grupos sociales que residen, transitan, producen, consumen, en los lugares “extraordinarios” por efecto de la recualificación-; 3) finalmente, aunque permitiría asumir la idea de resistencia por oposición, la construcción de la misma se daría por la vía de los opuestos, sin estimar tensiones y disputas que además de llevar a repensar la misma idea del “contra-uso” –como idea polarizada confrontativa de la de “uso”-, permitiría observar problemáticamente los procesos conflictivos consecuencia de consensos, negociaciones y disputas que todo proceso de este tipo produce. En la visión de los “contra-paisajes” se pierden los sujetos, en la de los “contra-usos” se diluyen las apropiaciones conflictivas de dichos sujetos sobre los mismos “paisajes”.

Está claro, según lo comentado, que estos procesos no responden a una “lógica unilineal y unidireccional del capital, donde hasta la autonomía relativa del capital cultural cede a los imperativos del mercado global” (O’CONNOR ; WYNNE 1997: 204). No sólo las “nuevas centralidades” pueden ser el “centro de convergencia de un amplio conjunto de renegociaciones...” (O’CONNOR; WYNNE, id.ibid.) asociados a las identidades de consumo, así como a las identidades del lugar, sino también espacios que aunque renovados, acaban siendo disputados en su sentido recualificado.

Desde esta última perspectiva, resulta de interés el análisis desarrollado por Boutes (op.cit.) acerca de la recualificación del centro histórico de Río de Janeiro, a la que se vincularon una serie de iniciativas artísticas y patrimoniales vinculadas a la Favela del Morro de Providencia. Re-funcionalizar un lugar de la pobreza en pos de redefinir estratégicamente la miseria “como problema paisajístico (o ambiental)” (VAINER, 2000: 82), habla de una especificidad de este tipo de procesos, al mismo tiempo que de la otra cara de los mismos que opera en algunas ciudades donde los pobres y el territorio donde residen o circulan, debe ser integrado a la recualificación. No obstante, este proceso aplicado en la favela o asentamiento popular no hace mas que

reproducir una lógica universal donde la cultura es omnipresente en su valorización, a fin de particularizar su existencia, pero “definida como “...vivencia en un territorio homogéneo, de “iguales”...” (BAUTES op.cit.: 161). Como señala el autor, la “estetización de la marginalidad”, se convierte en un “recurso potencial de valorización territorial” (op.cit.: 165), que aunque no siempre participa de manera uniforme, en ocasiones como la estudiada por Bautes, resulta “funcional” a los procesos descritos. A diferencia del planteo que el autor realiza, desde nuestra perspectiva, consideramos que la “estética decretada” (AMENDOLA, 2000) por la requalificación no solo se constituye en un mecanismo de control de las políticas públicas, además del mercado, sino también de los espacios y grupos sociales, en primera instancia, excluidos de dichos procesos. La aparente democratización que observa Carré Jeudy (2000, apud BAUTES, op.cit.) en relación a la patrimonialización de los territorios y sectores populares, o la supuesta resistencia que Bautes atribuye a estas situaciones en la que movimientos de artistas y activistas culturales implantan colores, arte y patrimonio en la favela; pensamos que acaba en un fortalecimiento de la requalificación, en una profundización de la vulnerabilidad social de los sujetos y grupos involucrados, en consecuencia en procesos de negociación funcionales a la renovación y valorización de espacios urbanos escogidos por el poder público y privado. No solo la estetización y requalificación generalizada homogeneiza espacios y se transnacionaliza atravesando fronteras de las diferentes ciudades, sino que incluso, como hemos analizado en otro texto (LACARRIEU, 2008), requiere de los sectores menos afines a la misma, para que ésta sea posible. Con este planteo discutimos con la visión unilineal de la *gentrificación* (la del recambio poblacional), si bien aceptamos que puede haber procesos de contestación por parte de quienes son expulsados. Y es probable que sea en estos procesos de resistencia, contestación y disputa en que la requalificación encuentre fisuras, en consecuencia, que podamos relativizar la transnacionalización de la misma. La persistencia de la favela en las proximidades de la requalificación del centro histórico de Recife, no obstante, sin estetización, la visibilización e iluminación estética de la favela y los favelados en Río de Janeiro, o los procesos tensos de negociación

y disputa que operan en forma simultánea o discontinua en el centro histórico de San Telmo, en el centro histórico de Quito o en la Rambla del Raval en Barcelona<sup>6</sup>, constituyen ejemplos en ese sentido. Desde esta óptica, es posible pensar que las limitaciones y desventajas de la requalificación cultural, pueden transmutar en desafíos y ventajas: la funcionalidad de las negociaciones que desarrollan los indios de Quito, los afrodescendientes de San Telmo o los bolivianos participando de la “Gran Vía” de Avenida de Mayo en Buenos Aires<sup>7</sup>, puede convertirse en disfuncionalidad –desde quienes planifican la requalificación- o bien en disputas por el territorio y el reconocimiento socio-cultural.

### **La requalificación cultural entre la visibilidad/invisibilidad de “producciones/(no)productores culturales”**

Según algunos autores, estos fenómenos deberían ser comprendidos en su sentido “clasista” (SMITH, 2006) o como ha señalado Wacquant (2008) habría que repensar la *gentrificación* “relocalizándola” a partir del “nexo de clase [que] forma el verdadero corazón del fenómeno” (Glass retomado por el autor). En la perspectiva del primer autor, la renovación urbana es de dimensión clasista, en la del segundo, el problema está en la pérdida observacional del analista social que ha dejado de mirar “los barrios tradicionalmente de clase trabajadora” diseccionados por Topalov y puesto el énfasis y las “interrogaciones dentro de la etnicidad y segregación por un lado, y pobreza urbana...por el otro”. Aunque acordamos con este autor en que una vasta proporción de la bibliografía sobre los procesos de requalificación cultural “reproducen para esos distritos la tendencia general de políticas públicas de *invisibilizar al pobre urbano*, ya sea dispersándolos (a través de la demolición y desconcentración del alojamiento público) o conteniéndolos en espacios reservados (distritos estigmatizados de perdición...)”; el problema no solo se asienta en que dichos estudios, como remarca Wacquant, “dejan afuera el rol crucial del Estado”, sino en que lo que están dejando afuera, además, es la producción funcional de grupos sociales requalificados y las tensiones conflictivas que hacen de estos procesos, fenómenos inestables, ambiguos, inciertos y en muchos casos



no acabados en su completud –tal como hemos planteado más arriba-. Es cierto que en línea con los modelos que vinculan la cultura al desarrollo y la revalorización del patrimonio, la clase y la ocupación son criterios de definición social que han sido desvalorizados, al mismo tiempo en que la diversidad cultural viene siendo valorizada –de hecho en el contexto de estos procesos se procura atender a la mixtura social como una forma de reparar la segregación socio-espacial, cuestión que obviamente acaba produciendo integración segregatoria y asimilacionista –. La mayoría de los expertos en el tema, colocan el éxito de la recualificación en términos de clases medias acomodadas que eligen residir en estos espacios por vía de la distinción simbólica que les es inherente (DONZELOT, 2004), o bien en la “integración simbólica” de los sectores populares mediante recualificaciones culturales que operan sobre la conversión de los excluidos en “otros” culturales –como señala Segato (2006), “procesos de otrificación” en acuerdo con la renovación espacial-. Pocos autores refieren a los procesos contradictorios entre negociaciones y tensiones que, no solo permiten construir “contra-paisajes”, sino incluso situaciones de disputa en las que clase y diversidad cultural se integran complejamente dando espacio a la visibilización de la diferencia, pero también de las desigualdades socio-económicas.

Los usos y apropiaciones de la cultura en pos de los procesos de recualificación urbana suelen constituirse contradictoriamente entre la invisibilización de sujetos y producciones culturales –contribuyendo a su negación- preexistentemente constituídos en el estigma y la visibilización de otros que con sus producciones culturales pueden ser potencialmente asimilables al sentido de cultura en la perspectiva de “realidad transcultural”. Como Bernard ha señalado es entre lo visible y lo invisible que la segregación puede ser comprendida en su reflexión antropológica. En este sentido, las políticas de visibilización/invisibilización no sólo son elaboradas e impostadas desde los espacios de poder material y simbólico que operan en la institución de las recualificaciones, sino también desde sujetos y grupos sociales que en diálogo conflictivo con dichos procesos, son asimilados, negocian y/o disputan un lugar en las estrategias de penetración de ciertos espacios de la mano de la cultura.

La asimilación de sujetos y producciones culturales afines a los procesos de recualificación urbana es funcional a la reaparición de la diversidad cultural como “activo global” (MARGLIN, 1990). Así, la gestión de la alteridad se constituye, desde la institucionalización de ciertas culturas negociadas a través de la producción de imagen. Aunque parezca inconveniente plantearlo de ese modo, la visibilización de ciertos grupos y de sus expresiones culturales deviene de cierta domesticación de la diferencia, en consecuencia de la institucionalización de una diversidad estereotipada. Es desde esta perspectiva en que frecuentemente discriminados por su condición socio-económica o por sus marcas fenotípicas, estos grupos suelen ser convertidos, al menos coyunturalmente, en “sujetos autorizados” a su exposición en la escena pública recualificada. Sin embargo, estos procesos de visibilización son el resultado de procesos elaborados en base a índices de tolerancia desde los cuales se gestionan y negocian los usos y apropiaciones de los espacios, por fuera de los márgenes y por dentro de los nichos centrales de la recualificación. Visibilización que adquiere diferentes matices según el espacio en que se produce y según la necesidad funcional de exaltación de determinados grupos y no de otros.

La rentabilidad cultural que se instituyó mediante cierta revalorización de un patrimonio material desvalorizado en Puerto Madero, opera como disparador de la rentabilidad económica y ocluye el lugar del valor agregado simbólico. La supuesta “democratización” atribuida a la recuperación del espacio público y el “roce” entre extraños se ve restringida por efecto de ciertas intervenciones culturales: la patrimonialización de los *dockes* deteriorados, el arte público (modelo global que se localiza). La rentabilidad cultural queda subsumida por intereses clasistas. Es un espacio que condensa referentes simbólicos, insumos a partir de los cuales se aspira a proyectar institucionalmente la ciudad (el puente de la Mujer, el tango, las vacas globales en contexto de arte público). En contrapunto a ello, el acontecimiento dramático vinculado a un piquetero<sup>8</sup> apropiado de una pequeña zona de Puerto Madero –espacio no *gentrificable* en el sentido clásico del término, en tanto no residían pobladores “nativos”, pero sí recualificable en perspectiva cultural/patrimonial-

pone en escena la tensión entre el ideario asociado al “todos tienen cultura” y la pregunta que desvela a G.Canclini acerca de “¿Quiénes pueden desarrollarla?”. Cuando las diferencias no logran ser exotizadas dejan de ser un recurso. En la medida en que la diversidad cultural –valor inherente a la cultura como recurso– trasciende el espacio de representación o de exposición instalándose en el espacio de co-presencia ligado a la socialización y el encuentro/desencuentro con el “otro” (AMENDOLA, 2000: 278), “...la cultura [deviene] también en un lugar de conflicto explícito de las diferencias sociales y los miedos urbanos” (ZUKIN, 1996). El piquetero, en este sentido, no solo no es merecedor del espacio público ni de la cultura en tanto recurso, sino que tampoco podría ubicarse entre el menú de posibles sujetos diferentes que podrían desarrollar la cultura en tanto marcada por una diferencia cultural “permitida”. El piquetero convoca a una mirada provocadora de la diferencia: no a la colorida diversidad exotizada, sino a la deslucida diferencia de la pobreza. Su visibilidad extrema un posible “índice de tolerancia” respecto de lo potencialmente tolerable o no (BERNAND, 1994). Los piqueteros en cuestión, son advertidos cuando más se distinguen del patrimonio cultural “inglés” expresado en las construcciones reconstruidas, situación que los condena aún más en su segregacionismo. Muy por el contrario si estos piqueteros, como otros actores de la ciudad que se recrean en la diferencia cultural “permitida”, pudieran estar pero pasar inadvertidos, no solo serían tolerados en su pintoresquismo cultural, sino que se constituirían como sujetos de la requalificación cultural. Desde esta perspectiva, no hay necesidad de evitamiento, y es más, si la diversidad cultural contribuye, al menos coyunturalmente, a “vestirse” de diversos comercializables, es posible hasta socializar en la efimeridad de un tiempo breve asociado al ritual, la fiesta o la comida típica.

El ejemplo que hemos tomado expone las contradicciones que los procesos de requalificación cultural urbana ponen en marcha. La cultura como recurso aparentemente indemne a los conflictos sociales y urbanos, acaba produciendo procesos en los que la violencia simbólica es objeto de relevancia. Bourdieu nos ha enseñado que la violencia simbólica es como la violencia física y/o material,

sólo que actúa en un sentido más cínico y perverso, pues finalmente es una violencia oculta, escondida, disimulada y simulada, pretendidamente invisibilizada, no obstante legitimada en y legitimadora de discursos y prácticas que deciden sobre el futuro de sujetos y grupos sociales en base al desconocimiento. Lo desconocido es aquello que se esconde, sin embargo, de indiscutible eficacia, tanto material como simbólica, y de alto valor simbólico por su condición de arbitrariedad propia de uno o diferentes grupos de poder, altamente selectivos en relación a que contenidos simbólicos imponer (comportamientos, valores, creencias), instrumentalmente utilizados mediante la puesta en marcha de ciertos procedimientos institucionales e institucionalizados (TERRAY, 2005). La Buenos Aires de hoy, en sintonía con otros modelos urbanos idealizados, apela a la belleza como procedimiento adecuado para ejercer la violencia simbólica desde la cual se excluye y se incluye, se integra y se segrega, se ejerce control y poder, finalmente se legitima una forma de “merecer la ciudad”, así como los sujetos que de ahí en más serán “merecedores de la ciudad”.

El planteo de Terray (2005: 331) da cuenta de “las diversas variedades de violencia que se desbordan la una sobre la otra, pasan la una a la otra y acumulan sus efectos...” en procesos de continuidad y discontinuidad que obligan a pensar que los ejercicios de la violencia urbana van más allá no sólo de los problemas de inseguridad o delincuencia, traspasando los momentos críticos de la dictadura militar (en nuestra ciudad) y produciendo efectos materiales y simbólicos intimidatorios. No por ello, como señala el autor, imposibles de ser “contestados” en su propia esencia, cuando se descubre el rostro del enmascaramiento que comportan dichas violencias.

### **A modo de conclusión**

Las ciudades de América Latina, aún en sus especificidades vinculadas a procesos de conformación metropolitanos así como a procesos históricos nacionales, ofrecen desafíos y limitaciones ligados a fenómenos que trascienden y al mismo tiempo atraviesan las fronteras de los países. Podríamos especular que la fragmentación que se atribuye a las urbes contemporáneas, así como las interven-

ciones recualificadoras, son principios de estructuración urbanos y latinoamericanos. Como hemos dicho en otro texto, serían fenómenos que responden a situaciones y procesos regionales, no obstante, inescindibles de contextos urbanos globales. Desde esta perspectiva, y siguiendo los planteos provenientes del campo de las ciencias sociales y el urbanismo, estos aparentes “productos globales” materializados en la región, son fenómenos a-históricos, estáticos, homogéneos, nacidos desde el vacío –como si cada ciudad volviera a nacer-, aislados de conflictos y relaciones de poder, en suma despolitizados. En el caso de las recualificaciones culturales estrechamente asociados al cambio o impostación de un estilo de vida, antes que complementarios de soluciones a la crisis urbana y/o a las desigualdades sociales. Es esta mirada sobre dichos procesos, la que se concentra en la política pública sin política, en el mercado y eventualmente en sectores medios distinguidos, aparentemente nuevos residentes de estos lugares. De este modo, el campo de los expertos observa los desafíos en términos de ventajas, o bien las limitaciones en relación a los procesos de segregación socio-espacial que estos fenómenos generan. Escasamente se vislumbran las tensiones y disputas que colocan a estos procesos entre incertezas, ambigüedades y contradicciones. Es justamente desde este ángulo en que decidimos colocarnos.

Los procesos de recualificación cultural urbana contribuyen a la instauración de tensiones y disputas relacionadas con el discurso de producción del lugar, con las prácticas adecuadas al mismo y con los sujetos y grupos sociales que tienen a incluirse o excluirse. Con la cultura de la mano puede controlarse socialmente el espacio y desde allí la misma ciudad, así como explicitar los conflictos específicos que devienen de grupos no deseados. Con la cultura se puede “merecer” ser parte o no del lugar.

La exacerbación de las políticas que asocian cultura y ciudad focalizan la atención no solo en la construcción simbólica –también imaginaria- de la urbe, sino sobre todo en la exclusión de derechos sociales y la aparente inclusión de derechos culturales, estrechamente vinculados al “derecho a la belleza y la estética” (AMENDOLA, 2000). La cultura parece tomar cuenta de la ciudad en su conjunto y escenificar la di-

versidad en el ámbito de los espacios públicos. No obstante ello, como señala Appadurai (2001), los espacios recualificados desde la cultura, no generan espacios de gestión de la interculturalidad, sino lugares de conflicto y disputas. Estos últimos se constituyen en base a sujetos, grupos sociales que tensionan y disputan el arreglo espacial de la recualificación con la diversidad como instrumento público de reconocimiento. Sin embargo, como bien dice el autor, muchos de estos grupos son libres de expresarse en su diversidad en el ámbito de lo privado o bien en los lugares no recualificables y por ende residuales para la producción urbana, generando problemas que exceden el ámbito de la cultura e incorporan el de los derechos sociales, en tanto “se convierten en posibles solicitantes de espacios y prácticas [también] regulados por el estado” como la vivienda por solo poner el ejemplo que mas atañe a los procesos aquí analizados.

Es obvio que la relación entre cultura, diversidad y ciudad se tensiona en el ámbito cultural, simultáneamente en que fricciona el campo de lo social. En este sentido, la cultura y la diversidad se sitúan por fuera y no dentro del contexto de las desigualdades, procesando procesos de segregación agudizadas aún, como vimos, en situaciones en que aparentes movimientos de resistencia retoman la cultura, el patrimonio y el arte como recursos de contestación.

### Referências bibliográficas

AGIER, Michel. *L'invention de la ville. Banlieues, townships, invasions et favelas*, Éditions des archives contemporaines, Francia, 1999.

ALTHABE, Gérard. *Recomposiciones simbólicas del urbanismo totalitario*. El Centro Cívico de Bucarest, ¿lugar de memoria?. In *La (Indi)Getión Cultural. Cartografía de los procesos culturales contemporáneos*, Lacarrieu y Álvarez (comp.). Buenos Aires: Ediciones La Crujía, 2008.

AMENDOLA, Giandomenico, 2000. *La Ciudad Posmoderna. Magia y Miedo de la Metrópolis Contemporánea*. Traducción de Marisa García Vergaray y Paolo Sustersic. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

- APPADURAI, Arjun. *La modernidad desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*. Buenos Aires: Ediciones Trilce, FCE, 2001.
- APPADURAI, Arjun; Katerina Stenou. *El pluralismo sostenible y el futuro de la pertenencia*. In *Informe Mundial sobre la Cultura 2000-2001*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa/ Ediciones UNESCO, 2001.
- ARANTES Antonio. *Diversidad, patrimonio y políticas culturales*, Mimeo, (s/d).
- BAUTES, Nicolas. *Ativismo urbano, estetizacao resistente e economia cultural no Rio de Janeiro*. In *Cidade e Sustentabilidade. Mecanismos de Controle e Resistência*, Terra Vermelha Editora, Brasil, 2010.
- BÉNIT, C., DIDIER, S.; DORRIER- APPRILL, E.; Gervais-Lambony. *Fragmentations*. In *Vies Citadines*, Dorier-Apprill et Gervais-Lambony (coord.). Paris: Belin, 2007.
- BERNAND, Carmen « Ségrégation et anthropologie, anthropologie de la ségrégation. Quelques éléments de réflexion ». In *La Ségrégation dans la ville*, Université Paris X, 1994.
- BORJA, J. ; MUXI Z. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, Electa, Diputació de Barcelona, 2003.
- CALDEIRA, Teresa. *Espacio, segregación y arte urbano en el Brasil*, Katz, Buenos Aires, 2010.
- CRUCES VILLALOBOS, F. *Procesos formativos en la expresividad urbana: tradición, instrumentalidad, autocensura, transgresión y comunicación crítica*. In: *La Ciudad es para ti. Nuevas y viejas tradiciones en ámbitos urbanos*, Carmen Ortiz (editora), Anthropos, España, 2004.
- DELGADO, Manuel. *Las estrategias de memoria y olvido en la construcción de la identidad urbana: el caso de Barcelona*, in D. Herrera Gómez (coord.), *Ciudad y Cultura. Memoria, Identidad y Comunicación*. Antioquia: Ediciones Universidad de Antioquia, 1998.
- DONZELOT, J. *La ville a trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification* en: *Revue Esprit*, La Ville a trois vitesses, Num.303, mars-avril 2004, Francia, 2004.
- ARANTES, O.; VAINER, C. ; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Unico. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, , 2000.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Todos tienen cultura: ¿Quiénes pueden desarrollarla?* . Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo, BID, Washington, 2005.
- HANNERZ, Ulf. *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*. Frónesis, Cátedra Universitat de València, España, 1996.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*, São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. *A condicho da transnacionalidade*. In *Série Antropologia*, 223, Brasília, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Otras Globalizaciones. Procesos y agentes alter-nativos transnacionales*. In *Série Antropologia* 423, Universidade de Brasilia, Brasilia, 2009.
- LACARRIEU, Mónica. *Tensiones entre los procesos de requalificación cultural urbana y la gestión de la diversidad cultural*. In *La Biblioteca, Dossier Ciudad y Cultura*, Biblioteca Nacional, Secretaría de Cultura de la Nación, Buenos Aires, 2008.
- MARGLIN, S.A. *Towards the descolonization of the mind*. In F.A. Marglin y S.A. Marglin (eds.) *Dominating Knowledge*, Oxford, Clarendon Press, 1990.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço. Uma Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATO, Daniel. *Actores sociales transnacionales, organizaciones indígenas, antropólogos y otros profesionales en la producción de representaciones de "cultura y desarrollo"*. In *Políticas de Identidades y Diferencias Sociales en tiempos de globalización*, Daniel Mato (coord.), Faces-UCV, CEAP, CDCH, Venezuela, 2003.



MONNET, Jérôme. *O álibi do patrimônio*. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. In *Cidadania*, curadoria A. A. Arantes, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 24, R.J. Brasil, IPHAN, 1996.

O'CONNOR, J.; WHYNNNE, D. *Das Margens para o Centro. Produção e consumo de cultura em Manchester*. In *Cidade, Cultura e Globalização*. Ensaios de Sociologia, Carlos Fortuna (org.). Celta Editora. Oeiras, 1997.

PROENÇA LEITE, Rogério. *Cidades, consumo e ennobrecimento urbano no Brasil e em Portugal*. In LASA 2009, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

REBOTIER, Julien. *Pratiques et enjeux des politiques publiques de requalification du centre-ville de Recife – Entre la ville durable et la ville globale*. Ponencia presentada a: Colloque Réinvestir le “centre”, Politiques de requalification, transformation urbaines et pratiques citadines dans les quartiers centraux des grandes villes d'Amérique Latine, 1994.

RIST, Gilbert. *La cultura y el capital social: ¿cómplices o víctimas del desarrollo?*. In *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*, B.Kliksberg y L. Tomassini (comp.), BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, Argentina, 2000.

SEGATO, Rita. *Alteridades históricas/identidades políticas: una crítica a las certezas del pluralismo global* en: Serie Antropología 234, Universidad de Brasilia, 1997.

\_\_\_\_\_. *Raca é signo*. In *Inclusão social. Identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*, Aécio Amaral Jr./Joanildo A. Burity (Orgs.), CNPQ, AnnaBlume Editora, Sao Paulo, 2006.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local a “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In *De volta a cidade. Dos processos de gentrificação as políticas de “revitalização” dos centros urbanos*, Catherine Bidou-Zachariasen, Annablume Editora, San Pablo, 2006.

TAMASO, Izabela. “A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...”. In *Série Antropologia*, 390, Brasília, 2006.

TERRAY, Emmanuel. “Sobre la violencia simbólica” en: *Trabajar con Bourdieu*, bajo la dirección de: Pierre Entrevé y Rose-Marie Lagrave, Universidad Externado de Colombia, 2005.

WACQUANT, Loic. “Relocalizando la gentrificación: La clase obrera, La ciencia y El estado en la investigación urbana reciente”. In *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 32.1, 2008.

WRIGHT, Susan. La politización de la “cultura”. In *Anthropology Today* Vol. 14 No 1, Febrero de 1998.

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura. Usos de la cultura en la era global*, Gedisa, España, 2002.

ZUKIN, Sharon, 1987. “Gentrification: Culture and Capital in The Urban Core”. In *Annual Review of Sociology*, vol. 13, 1987.

\_\_\_\_\_. “Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando cultura e poder”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, número 24, R.J. Brasil, IPHAN, 1996.

## Notas

- <sup>1</sup> Esta primera parte del trabajo se redacta en primera persona debido a que el acontecimiento mencionado me tuvo como protagonista directa. En el mismo sentido, se volverá a la primera persona en el primer tópico cuando se relacionen situaciones referidas a La Habana y Bogotá.
- <sup>2</sup> Sobre esta cuestión hemos trabajado en otros textos retomando la famosa frase del escritor Milan Kundera: “La insoportable levedad del ser”.
- <sup>3</sup> El proyecto de revitalización del Centro Histórico de Río retomó el objetivo de instalar la “Cidade do Samba” e incluso la concesión del Museo Guggenheim que, finalmente, no fue concretado (BAUTES, 2010).
- <sup>4</sup> Cabe destacar que existe un horizonte de palabras claves que se han vuelto globales-tras-

nacionales, estrechamente asociadas a nuestras ciudades. De hecho, los expertos dedicados a estos temas, reconocemos no solo las nociones, sino también el vínculo “universal” que existe entre las mismas y ciertos procesos de renovación de espacios urbanos.

<sup>5</sup> ¿Estratégia de requalificacao ou política habitacional? Por Marco Antonio Ramos de Almeida, en: *Urbs*, Año VI, N° 26, mayo/junio 2002, San Pablo.

<sup>6</sup> En San Telmo la presencia hostilizada hacia los afrodescendientes y sus llamadas de tambores, tanto como la negociación permanente en tanto “otros” que puede convertirlos en signos emblemáticos de la requalificación, así como la ambigüedad constante en la que se constituye como indio-no indio ciertos sujetos en el centro monumental de Quito (indios que pintorescos se visten y danzan en contextos artísticos coyunturales, indios que se convierten en vendedores ambulantes y persisten en la monumentalidad desde la exclusión y la inclusión compleja al mismo tiempo, hasta indios que se “blanquean”, son ejemplos de relevancia), o la expulsión que el Ayuntamiento llevó a cabo en la Rambla del Raval cuando comenzó la requalificación de musulmanes, indios, paquistaníes, grupos que retornaron a la Rambla una vez estetizada en su patrimonio y arte; son todas situaciones que marcan contradicciones y ambigüedades de la misma requalificación.

<sup>7</sup> La “Gran Vía” de Avenida de Mayo es un espacio cultural creado por el Gobierno de la Ciudad de Buenos. Se trata de un programa que desarrolla “Buenos Aires Celebra” donde hace aproximadamente un año convocó a la comunidad boliviana (claro que no a todos) a exhibir sus danzas, vestimentas coloridas, sus fiestas en el contexto legitimado de poder material y simbólica (la Avenida de Mayo condensa ese poder y es objeto constante de disputas de ese poder cuando ciertos sectores manifiestan en la misma, pero solo ocasionalmente lo es cuando un grupo como el de bolivianos lleva su espacio festivo y estetizado desde un barrio periférico y popular, como el Charrúa, hacia el espacio más legitimado desde el poder político).

<sup>8</sup> La palabra “piquetero” alude a un tipo de actor social vinculado con la protesta urbana de Buenos Aires. En su origen, allá por fines de los '90, eran grupos de desocupados que cortaban rutas del interior del país para visibilizarse a través de los medios de comunicación. Pero rápidamente se convirtieron en movimientos sociales expandiendo sus reclamos más allá del trabajo, cortando puentes que vinculan la periferia con la ciudad, las calles de la misma o instalando carpas de modo de permanecer en la protesta.

### **Mónica Lacarrieu**

\* Investigadora CONICET-Profesora UBA.

\*\*Texto originalmente elaborado em espanhol.  
Tradução: Gabriela Lema Icasuriaga